

PODER / Instalação da CPI da Covid, amanhã, por ordem do Supremo Tribunal Federal; a queda de braço entre o governo e o Congresso sobre os cortes a serem feitos no Orçamento deste ano; e a votação da nova Lei do Estado Democrático põem Bolsonaro na defensiva

Governo cercado em 3 frentes

» DENISE ROTHENBURG
» RENATO ROUZA

O semblante contrariado e o silêncio do presidente Jair Bolsonaro, no fim de semana, quando perguntado sobre se sancionaria ou vetaria parcialmente o Orçamento deste ano, deu o tom dos desafios do governo neste momento em que se vê emparedado em três frentes diferentes: no Senado, a iminente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), amanhã, para investigar as ações do governo durante a pandemia da covid-19, que provoca reações também na Câmara; a lei orçamentária, para a qual ainda não há um acordo que permita a sanção; e, de quebra, a urgência para votação da nova Lei do Estado Democrático de Direito. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), planeja colocar esse tema no centro das discussões, num gesto que parte dos aliados de Bolsonaro acreditam ter vindo sob encomenda para “parar esse cara” — conforme cobrou, há um mês, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Tudo isso em plena crise sanitária, com 353.137 mortes, aproximadamente 13,4 milhões de casos — segundo os números de ontem do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) — e incertezas sobre as vacinas neste semestre.

Dos assuntos que prometem tomar conta do ambiente político, o mais urgente, ao lado da imunização, é o Orçamento. As dificuldades nesse campo indicam um choque logo no primeiro teste de fogo da relação entre a equipe econômica e o novo comando do Congresso. Hoje, o governo apresentará uma proposta ao Legislativo. No Planalto, a conclusão é a de que não há alternativa que não seja um punhado de vetos para tentar recompor os recursos destinados às despesas obrigatórias. Porém, Lira não ad-

Luis Macedo/CB/D.A Press



Lira não admite que as emendas parlamentares sofram reduções. Essa é uma das razões pelas quais o acordo para o Orçamento está empacado

mite acordos que resultem no corte dos R\$ 16 bilhões em emendas, algo que foi incluído no pacote de bondades para compensar o desgaste dos políticos com temas indigestos aos olhos do eleitorado — como, por exemplo, a reforma administrativa, que o governo deseja.

O governo desenhava, ontem, a hipótese de preservar a maior parte desses recursos, cortando R\$ 9 bilhões. Mas ainda não estava fechado, porque a área econômica atribuiu à área política do governo a falha que resultou na aprovação do Orçamento “inexequível”, que, se não for cortado, fará com que Bolsonaro “pedale”. Em conversas reservadas, há quem diga, inclusive, que os líderes do governo se preocuparam mais em atender as emendas e “resolver o seu lado” sem olhar o todo, ou se-

ja, a responsabilidade fiscal, tão cara em momentos em que é preciso preservar os indicadores econômicos e evitar a inflação.

Paralelamente a essa queda de braço, Bolsonaro terá, ainda, de arbitrar novamente a disputa entre Paulo Guedes e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, constantemente apontado pelo ministro da Economia como “fura-teto”. A equipe econômica tenta levar o governo à responsabilidade fiscal, no cumprimento das despesas obrigatórias, enquanto o setor de Marinho e o de Infraestrutura, capitaneado pelo ministro Tarcísio Gomes de Freitas, oferecem ao presidente a execução de obras que dão o ar de desenvolvimento e crescimento que trazem visibilidade junto ao eleitorado, fazem a alegria de prefeitos, dão prestí-

gio aos parlamentares e palanques para apresentar o governo ativo, apesar da pandemia.

Substituição da LSN

Os líderes partidários planejam aprovar esta semana o regime de urgência para discussão da Lei do Estado Democrático de Direito, em substituição à Lei de Segurança Nacional. O gesto ganhou novos contornos depois de o presidente Jair Bolsonaro atacar o Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da determinação do ministro Luís Roberto Barroso para que o Senado instalasse a CPI da Covid. Nesse sentido, o que era apenas uma maneira de tentar evitar que a Corte terminasse modulando a LSN — objeto de, pelo menos, quatro ações no Supremo —, agora virou uma

emergência para tentar evitar perseguições e ataques as liberdades, venha de onde vier.

A ideia de jogar mais luz sobre essa discussão partiu do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). Dois parlamentares ligados a ele, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Margarete Coelho (PP-PI), desengavetaram o projeto delineado por Miguel Reale Júnior, em 2002. Aprovar a urgência, porém, não significa que a nova Lei do Estado Democrático de Direito será votada a toque de caixa, porque o texto ainda não está amadurecido.

Hoje, todos os partidos têm interesse na proposta. Os bolsonaristas querem mudar a LSN desde que o ministro Alexandre Moraes, do STF, se baseou nela para, por exemplo, mandar prender o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). A oposição, por sua vez, não gostou de ver o governo perseguindo seus críticos com base na mesma lei.

Essa insatisfação geral com o texto de 1983, ainda da ditadura militar, é hoje a janela para discutir a proposta, mas daí a se chegar a um consenso, o caminho é longo, uma vez que cada partido tem uma visão sobre a nova lei. A criação de redes de disparo de notícias falsas na internet como crime contra o Estado de Direito, por exemplo, promete muita polêmica.

Esta semana, a LSN deve ocupar também parte do tempo do STF, porque se esgotou o prazo de cinco dias que o ministro Gilmar Mendes deu para que o Ministério da Justiça explique o uso do dispositivo contra críticos de Bolsonaro. Em março, por exemplo, um homem chegou a ser detido por publicar uma mensagem contra o presidente na internet e, hoje, responde a inquérito aberto pela Polícia Federal com base na LSN.

**R\$ 16
BILHÕES**

é o valor das emendas parlamentares que constam no Orçamento deste ano e que Arthur Lira não aceita cortar

Pedro França/Agência Senado



Bolsonaro quer que Kajuru inclua também governadores e prefeitos

“Vai sobrar só para mim”, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro deu mostras, ontem, do quanto a CPI da Covid — que pretende apurar as ações do governo durante a andemia — o assusta. Uma conversa por telefone entre ele e o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) vazou e mostra o presidente pressionando o parlamentar a ampliar o alvo das investigações, para que inclua governadores e prefeitos. O senador goiano foi um dos signatários do pedido de instalação da comissão de inquérito aceito pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

“Se não mudar a amplitude, a CPI vai simplesmente ouvir o Pazuello, ouvir gente nossa, para fazer um relatório sacana. Tem que fazer do limão uma limonada. Por enquanto, é um limão que está aí. Dá para ser uma limonada”, cobrou Bolsonaro do senador.

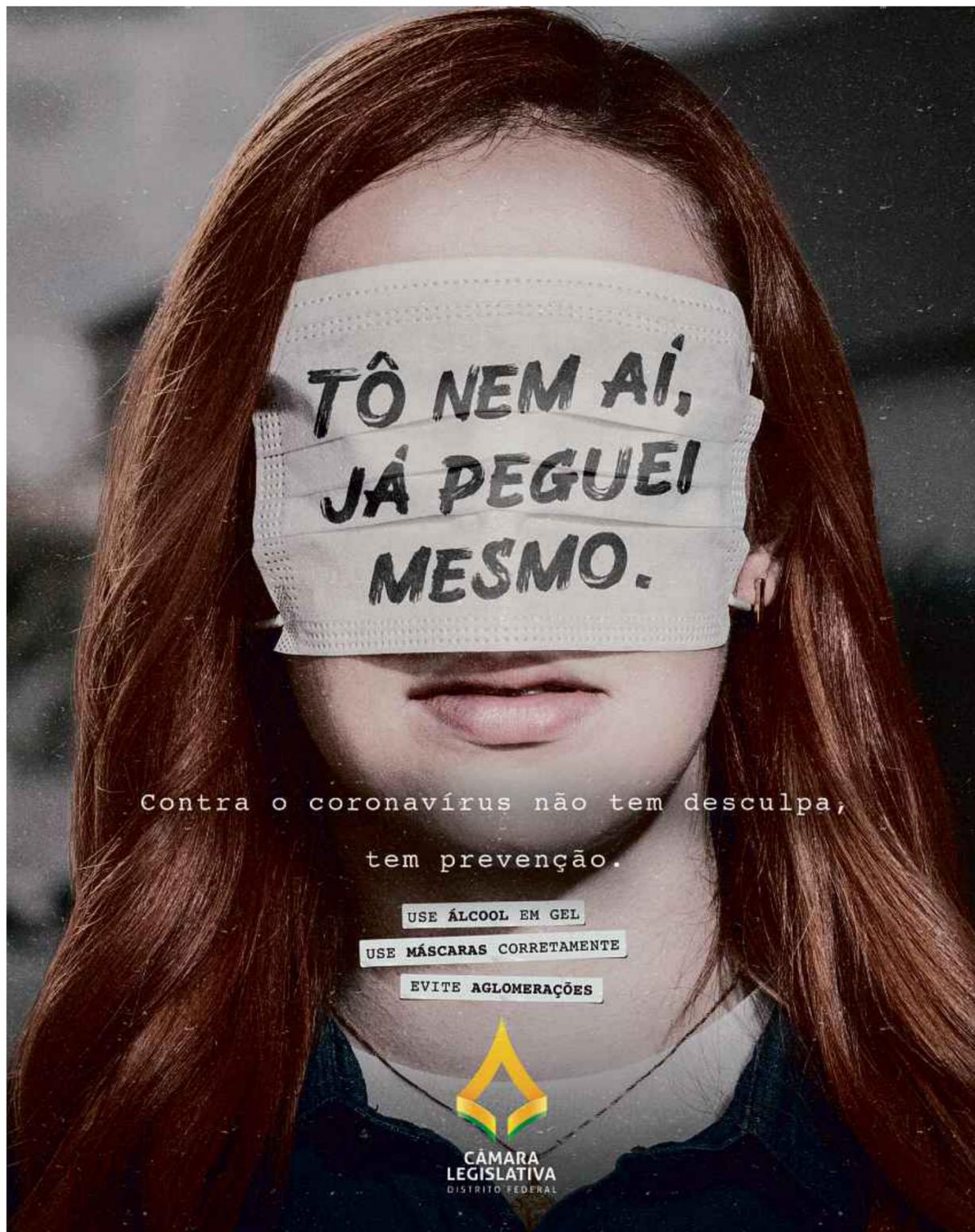
O presidente reclamou, ainda, que será foco das diligências. “A CPI hoje é para investigar omissões do presidente Jair Bolsonaro, ponto final. Quer fazer uma investigação completa? Se não mudar o objetivo da CPI, ela vai vir só para cima de mim”, afirmou.

Segundo Kajuru, a conversa com Bolsonaro foi feita no último sábado. “O que tem que

fazer para ser uma CPI que realmente seja útil para o Brasil? Mudar a amplitude dela. Bota governadores e prefeitos. Presidente da República, governadores e prefeitos”, exigiu o presidente.

Em um momento da ligação, o presidente pressiona o parlamentar para ingressar com pedidos de impeachment contra ministros do STF como forma de intimidar a mais alta corte do país. “Tem de peticionar o Supremo para colocar em pauta o impeachment (de ministros) também. Nós dois estamos afinados. CPI ampla e investigar ministros do Supremo. Ponto final”, decretou ao senador.

Na ligação, Bolsonaro também atribuiu o número de mortes da covid-19 à suposta omissão de prefeitos e governadores, ignorando que ele mesmo boicota medidas que dão certo contra o vírus, como o distanciamento social e o uso de máscaras. “A questão do vírus... Não vai deixar de morrer gente, infelizmente, no Brasil. Poderia morrer menos gente se os governadores e prefeitos que pegassem recursos e os aplicassem realmente em postos de saúde, hospital”, afirmou Bolsonaro. (DR e RS)



Contra o coronavírus não tem desculpa,
tem prevenção.

USE ÁLCOOL EM GEL

USE MÁSCARAS CORRETAMENTE

EVITE AGLOMERAÇÕES

